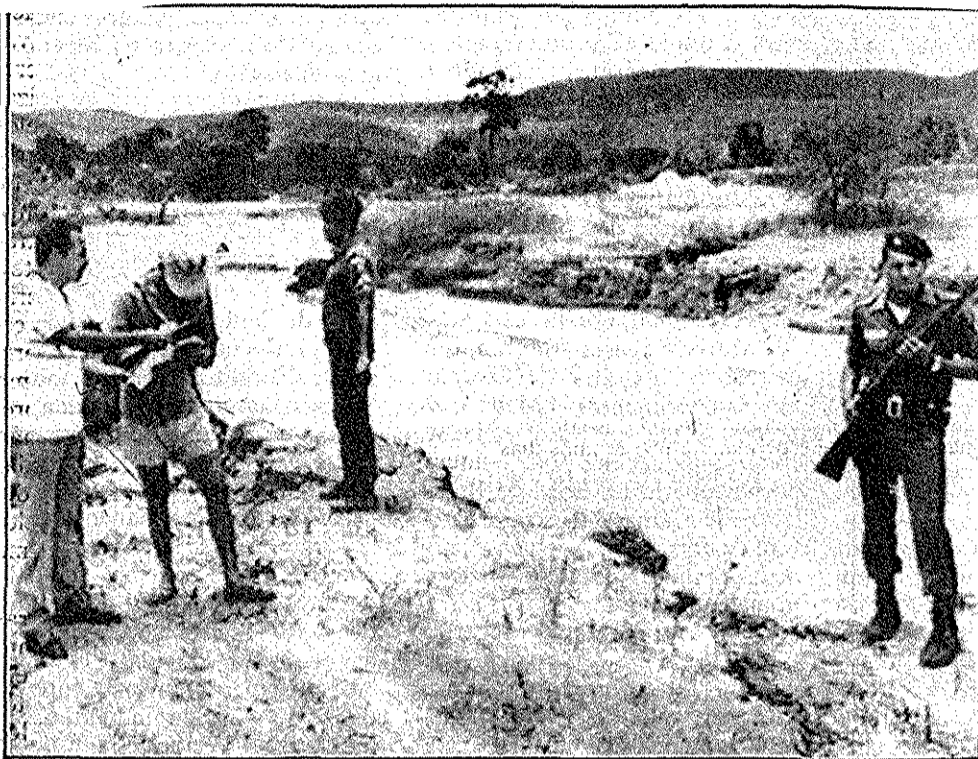


FONTE : JT

CLASS. : 1298

DATA : 11 01 90

PG. : 19



Justiça e policiais goianos ordenam saída de garimpos do rio Vermelho

O delegado Tuma pode ser preso. Por desobedecer à Justiça.

O delegado Romeu Tuma, superintendente da Polícia Federal, pode ser imediatamente preso em flagrante, por desobediência a uma determinação da Justiça, segundo pedido feito pelo procurador da República Eugênio José Guilherme Aragão. O procurador Aragão explicou ontem em Brasília que, a 20 de outubro, uma ação cautelar determinou a retirada dos garimpeiros da área dos índios Yanomani. Essa retirada deveria ter sido feita pela Polícia Federal, com ajuda dos Ministérios do Exército e da Aeronáutica. Afirma o procurador: "Para minha surpresa, o doutor Tuma está negociando com os garimpeiros e encaminhando-os a outras áreas que também são indígenas, ao invés de retirá-los". A petição foi encaminhada ao juiz da Sétima Vara da Justiça Federal de Brasília, Novey Vilanova Reis.

Já o subprocurador da República Carlos Victor Muzzi, também de Brasília, pretende estender o pedido da prisão em flagrante também ao presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, e ao ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, caso os garimpeiros sejam transferidos para as florestas nacionais de Roraima e caso as pistas de pouso usadas pelo garimpo dentro das terras dos índios Yanomani não sejam desativadas. Mas o ministro da Justiça, Saulo Ramos, afirmou que o acordo entre o governo federal, o governo do Estado de Roraima e os garimpeiros, prevendo a transferência dos garimpos para as florestas de Roraima, já está acertado. Apenas o acordo não deverá ser assinado antes de dez dias, à espera de que o presidente José Sarney decrete a demarcação das áreas de garimpagem em Roraima.

Acordo selado

O reassentamento dos cerca de 25 mil garimpeiros nas florestas que cercam o território dos índios Yanomani em Roraima foi a alternativa que o governo encontrou para resolver o problema da invasão da terra indígena pelos garimpos. Disse o ministro Saulo Ramos: "Não iríamos baixar um decreto como esse, demarcando as áreas de exploração, sem o compromisso de todos os garimpeiros e do governo do Estado".

De qualquer modo, seja a ação legal,

como diz o ministro Saulo Ramos, ou ilegal, como pretende o procurador Aragão, o acordo de reinstalação dos garimpeiros foi selado ontem pelo delegado Romeu Tuma, ao receber a pista de pouso do Papiú, a 500 quilômetros de Boa Vista, capital de Roraima, que lhe foi entregue pela União dos Garimpeiros da Amazônia Legal. Os milhares de garimpeiros têm um prazo de 30 dias, a partir da próxima quarta-feira, para se retirar, levando suas máquinas e apetrechos. Mas há ameaças de resistência por parte dos 6 mil garimpeiros espalhados na região do Baixo Formiga, junto à Serra de Sururucus. Caso isso se confirme, disse Tuma, "vamos tratar de forma diferente".

Notificação

Mas os problemas com os garimpeiros não se restringem a Roraima. A Justiça de Goiás, com a ajuda de cerca de 20 policiais-militares, está distribuindo notificações de desocupação de área a cerca de 20 mil garimpeiros de ouro, instalados nas margens do Rio Vermelho e seus afluentes, no município de Goiás. Os garimpeiros têm três dias de prazo para desocuparem as áreas em que estão trabalhando, como a região dos córregos Guarinos, Vermelho e São José das Almas.

A notificação de desocupação de área é consequência de uma ação cautelar impetrada pelo promotor Sullivan Silvestre de Oliveira, da cidade de Goiás, a partir de um relatório da Fundação Estadual do Meio Ambiente, segundo o qual os rios da região estavam ameaçados de destruição, por terem sido desviados de seus cursos normais e desassoreados pela ação dos garimpeiros.

"O governo deixa a gente investir no garimpo e agora vem com essa proibição", diz Célio de Souza, proprietário de máquinas usadas no garimpo e que não pretende voltar para a lavoura. Seu irmão, Nilton de Souza, ganha mais de NCz\$ 50 mil por mês como dono de cinco dragas, com 25 empregados. "Não sou formado e ganho mais que muito doutor", diz Nilton. Suas máquinas derrubam os barrancos do rio, fazem a lavagem do cascalho e são apontadas como principais responsáveis pela devastação.